

XVII JORNADA ACADÊMICA DO MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS PARA A EDUCAÇÃO



O PNE (2014-2024) COMO UM DISPOSITIVO DA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL

Cícero Augusto Richter Schneider

Universidade de Santa Cruz do Sul

Eixo 4 – Políticas públicas, currículo e sociedade

O presente texto busca, de maneira ampla, demonstrar o avanço da racionalidade neoliberal no contexto da legislação educacional brasileira. Para isso, tomo como objeto principal de minha análise a Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2024, que estabeleceu o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024 (Brasil, 2014).

Este texto é resultado do processo de escrita de minha dissertação, provisoriamente com o mesmo título. Deve-se ressaltar que as presentes considerações são de caráter parcial, uma vez que o trabalho ainda não foi finalizado. Estando isso ressaltado, o texto estabelece como problemática o questionamento sobre as formas como o PNE (2014-2024), tomado como um dispositivo da governamentalidade neoliberal, foi constituído e opera no âmbito de uma racionalidade neoliberal, em seus diferentes momentos, mobilizando, inclusive, outras legislações e outras noções conceituais, como o capital humano, o empreendedorismo e a meritocracia e atuando no processo de construção de sujeitos neoliberais.

Para a realização desta pesquisa, tomo o PNE (2014-2024) como materialidade discursiva e faço uso do conceito de governamentalidade (Foucault, 2008b) como chave de leitura. Esta pode ser compreendida como o estudo a respeito das diversas formas de governo da população e dos dispositivos e táticas utilizados para esse fim, principalmente por parte do estado. Além disso, são abordadas, também, as diferentes formas e técnicas pelas quais se governa a si mesmo e aos outros. Dessa forma, a governamentalidade aborda as diferentes maneiras de exercer o governo, os modos pelos quais somos governados e governamos a nós mesmos, assim como os limites estabelecidos a essas ações de governo (Veiga-Neto, 2013). Tal conceito se associa ao neoliberalismo, sendo a governamentalidade neoliberal, assim, as formas de governo dentro do âmbito da racionalidade neoliberal.

A governamentalidade, enquanto um dos conceitos da caixa de ferramentas conceitual de Foucault (Silva-Miguel; Tomazetti, 2016), é articulada a outros termos do pensamento foucaultiano, como o neoliberalismo, o discurso e o dispositivo. Assim, tendo o PNE como objeto, busco realizar uma análise das práticas discursivas, tomando a legislação como um dispositivo da governamentalidade neoliberal. Para isso, faço uso do conceito de discurso, visto como “uma prática histórica e não como uma mera reunião de atos de fala ou de escrita em um sentido exclusivamente

linguístico. [...] Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas que estão vivas nos discursos” (Lamb, 2024). O discurso, sob as lentes de Foucault, não é um conjunto de signos que remetem a conteúdos já presentes no mundo, exteriores ao discurso, mas, ao contrário, forma os objetos de que fala (Veiga-Neto, 2007). Ou seja, “as práticas discursivas moldam nossas maneiras de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele” (Veiga-Neto, 2007, p. 93). Neste sentido, o PNE é tomado como um dispositivo da governamentalidade neoliberal. O dispositivo pode ser compreendido, de maneira ampla, como discursos, práticas, conformações espaciais e de arquitetura que, em conjunto, produzem e formam discursos, sendo, contudo, igualmente produzidos pelos discursos que os atravessam (Lamb, 2024).

Com isso, cabe contextualizar o Plano Nacional de Educação. Apesar de só ter sido efetivamente tornado legislação com a Lei Nº 10.172, que estabeleceu o PNE 2001-2010 (Brasil, 2001), a ideia de um plano para a educação nacional remonta à década de 1930, ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (Brasil, 2001; Saviani, 2016). A educação era apontada como um dos mais importantes e mais graves problemas nacionais, sendo um elemento chave para o desenvolvimento das condições econômicas e do sistema cultural do país, tendo em vista o preparo cultural e o desenvolvimento de aptidões associadas à invenção e à iniciativa. O plano, nesse contexto, buscava articular um sistema nacional de educação e introduzir a racionalidade científica no pensamento educacional brasileiro (Saviani, 2016).

Apesar de aparecer em outras legislações ao longo das décadas, o PNE só se tornou efetivo com a promulgação da Lei 10.172, tendo sido previsto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Deve-se ressaltar, nesse contexto, a atuação da agenda neoliberal nas políticas educacionais, disseminada a partir do Consenso de Washington, realizado em 1989 (Batista, 1994) e, principalmente, através da publicação de relatórios de órgãos como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, entre outros, e da atuação desses órgãos na realização de grandes eventos, sendo um dos primeiros a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990 (Ghiraldelli Junior, 2006).

Após a década de vigência do PNE, foi realizada uma Conferência Nacional de Educação (CONAE) em 2010, que elaborou um projeto de lei para um novo PNE, promulgado em 2014, contendo 14 artigos e um anexo com 20 metas e 254 estratégias a serem cumpridas no período de dez anos (Brasil, 2014). As propostas do PNE, de maneira geral, não foram cumpridas, tendo o mesmo sido prorrogado até o final de 2025.

O contexto de elaboração e promulgação de ambos os PNEs (2001-2010 e 2014-2024/25) se liga a um avanço do neoliberalismo, tanto no Brasil como a nível mundial. É possível, assim, relacionar o PNE com o neoliberalismo, a partir da influência dos organismos internacionais do capital na criação de legislações educacionais, como citado anteriormente.

Compreender o neoliberalismo, nas lentes foucaultianas, é ir além da compreensão de uma te-

oria econômica. A racionalidade neoliberal pressupõe uma disseminação do mercado perpassando todos os aspectos da sociedade, para além do campo econômico, inserindo o máximo de realidades em um contexto de mercado (Lagasnerie, 2013). A escola, cada vez mais, se vincula aos moldes de uma agenda neoliberal, pautada pelos ditames do mercado e regida pela lógica da competição e da avaliação (Laval, 2004). Assim, a educação, questões sociais, saúde, trabalho, etc. são atravessados pela lógica de mercado. Além destas, o Estado também é afetado. Se até então, no âmbito da governamentalidade, o Estado governava com e por causa do mercado, a partir do neoliberalismo ele passa a governar para o mercado (Silva, 2024). A lógica do empreendedorismo e da competitividade se torna central. Configura-se, portanto, um processo de empresariamento da sociedade (Laval, 2004), que coloca a responsabilidade de vitórias e fracassos e de riqueza ou pobreza sobre o próprio indivíduo. O sujeito inserido nessa lógica torna-se um sujeito do mercado, um empreendedor de si mesmo, responsável por suas escolhas e pelo cálculo de custo e benefício de suas ações. Foucault (2008) chama esse sujeito de *homo oeconomicus*.

Deve-se ressaltar que, a partir da década de 2010, o neoliberalismo tomou um rumo diferente. Na primeira década dos anos 2000, sua configuração era inclusiva, buscando colocar todos dentro do “jogo”, estando cada um dentro de suas possibilidades de participação, porém atuantes. Contudo, após 2013 e, principalmente, no contexto do impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016 e eleição de Jair Bolsonaro em 2018, o neoliberalismo no Brasil tomou uma vertente mais conservadora, de caráter excludente e autoritário, o que Lockmann (2020) chamou de governamentalidade neoliberal fascista, marcada pela atuação dos setores de extrema direita, neopentecostais, e movimentos como o Escola Sem Partido, entre outros.

Até o momento, a elaboração da dissertação não chegou a um ponto final. Contudo, já é possível averiguar que o PNE atua como um dispositivo da governamentalidade neoliberal, atuando em e produzindo discursos e práticas no âmbito neoliberal, como as questões de financiamento da educação e ênfase, por exemplo, nas avaliações de desempenho. Além do contexto do neoliberalismo no Brasil, o PNE, em seu planejamento, teve grande participação de setores da esfera privada, como o movimento Todos Pela Educação (Souza, 2017), além da ênfase que dá às metas e estratégias que dizem respeito ao financiamento e o aspecto econômico do planejamento da educação (Saviani, 2016). Contudo, indo em direção à governamentalidade neoliberal fascista (Lockmann, 2020), foi feito o corte dos gastos públicos por vinte anos com a promulgação da PEC 95, o que impediu o pleno avanço das propostas do PNE devido à falta de recursos, entre outros (Amaral; Oliveira, 2023). Além disso, com a atuação das bancadas evangélicas e conservadoras, questões relativas à diversidade sexual e gênero foram suprimidas do âmbito do currículo (na Base Nacional Comum Curricular) e do planejamento no PNE, demonstrando o lado conservador desse setor, que, porém, permanece ligado ao mercado (Silva, 2022). Com isso, se torna cada vez mais clara a operação do PNE enquanto um dispositivo neoliberal.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Nacional de Educação; Legislação Educacional; Racionalidade neoliberal; Dispositivo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso; OLIVEIRA, João Ferreira de. O financiamento da Educação no PNE (2014-2024) no contexto do pós golpe de 2016: balanço crítico. **Revista Exitus**, v. 13, p. 01-22, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2023v13n1ID2229>.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 1994. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>.

BRASIL. Lei N° 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>.

BRASIL. Lei N° 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978 1979)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

LAGASNERIE, Geoffroy. **A última lição de Michel Foucault**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LAMB, Cátia Regine Züge. **O Enem como um dispositivo da governamentalidade neoliberal no Brasil**. 2024. 172 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3825>

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

LOCKMANN, Kamila. Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à escolarização. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15408>.

SAVIANI, Dermeval. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional**. 5. ed. rev. e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2016.

SILVA, Marlon Silveira da. **Brasil, mostra a tua cara!** A emergência neoliberal e neoconservadora nos debates de gênero nas recentes políticas curriculares (2014-2018). 2022. 188 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/18484>.

SILVA, Mozart Linhares da. **Introdução à Biopolítica de Michel Foucault e seus desdobramentos na contemporaneidade.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

SILVA-MIGUEL, Iván Gregorio; TOMAZETTI, Elisete Medianeira. Utilizando algumas ferramentas da caixa de Michel Foucault na pesquisa em Educação. **Imagens da Educação**, v. 6, n. 2, p. 75-83, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v6i2.28464>.

SOUZA, Cezar Amario Honorato de. **Plano Nacional de Educação (Lei 13.005):** Materialidade do privatismo e da mercantilização da educação brasileira. 2017. 243 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/22508>.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Governamentalidade e Educação.** Revista Colombiana de Educación, n. 65, p. 19-41, 2013.